



CONAQ repudia a desapropriação e o despejo violento no Quilombo do Curiaú, no Amapá

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) manifesta seu mais profundo repúdio e indignação diante da ação de desapropriação e despejo forçado realizada no dia 7 de outubro de 2025 contra o Quilombo do Curiaú, localizado em Macapá, no estado do Amapá, titulado oficialmente em 1999.

O território composto por mais de 200 quilombolas, foi surpreendido por uma ordem judicial arbitrária, executada com violência e graves violações de direitos humanos. De forma abrupta e sem diálogo prévio, casas foram derrubadas, famílias inteiras expulsas e pessoas idosas, entre elas um morador de 99 anos expostas a situações degradantes e de risco. Testemunhos locais denunciam ainda a presença de capangas armados, seguranças privados e confrontos com a polícia, num contexto de intimidação e medo.

Denunciamos que essa ação fere frontalmente a Constituição Federal, o Decreto 4.887/2003, a Convenção 169 da OIT e o direito fundamental das comunidades quilombolas à posse e ao território tradicionalmente ocupado. É inadmissível que um território já titulado há mais de duas décadas seja tratado como propriedade passível de desapropriação e violência, ignorando decisões judiciais anteriores favoráveis à comunidade.

O que ocorre no Curiaú é um ataque direto à memória, à dignidade e à resistência do povo quilombola brasileiro. O quilombo está sendo violado por interesses econômicos e decisões judiciais que desprezam o seu histórico e direitos.

Diante da gravidade dos fatos, exigimos:

- A imediata suspensão da ordem de despejo e o retorno das famílias ao território;
- A apuração rigorosa das responsabilidades pelos atos de violência cometidos;
- A atuação urgente do Governo Federal, por meio do Ministério da Igualdade Racial, do INCRA, da Defensoria Pública da União, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria-Geral da Presidência, para garantir a proteção das famílias quilombolas e a integridade do território;

- 
- Que o Poder Judiciário federal assuma o caso, afastando qualquer influência política ou econômica na justiça estadual.

Reforçamos que não há democracia sem quilombo protegido. O Quilombo do Curiaú é um marco histórico da luta negra no Brasil e um patrimônio imaterial da nação. O que está em curso é uma tentativa de apagamento da memória e da história de um povo que resiste há séculos.

Seguiremos em vigília e mobilização nacional, em solidariedade ao Curiaú e a todos os quilombos ameaçados no país.

Nenhum quilombo a menos! Pelo direito à terra, à dignidade e à vida quilombola!

**Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-
CONAQ**

Brasília, 8 de outubro de 2025.